

COMO AS FINANÇAS SOLIDÁRIAS, POR MEIO DOS BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO, PODEM AJUDAR NO COMBATE AO COVID-19 EM REGIÕES METROPOLITANAS?

Shesby André Medeiros do Nascimento¹

Joana Tereza Vaz de Moura².

INTRODUÇÃO

Neste ano de 2020, a sociedade mundial foi surpreendida com uma pandemia do *novo coronavírus* (Covid-19) que afetou significativamente a dinâmica de muitos países, impactando no desempenho não só econômico, mas social das populações por todo o mundo. O alto grau de contágio deste vírus exige isolamento severo das pessoas e medidas políticas e administrativas drásticas dos órgãos governamentais e instituições foram tomadas. Entretanto, o Covid 19 chega no Brasil em um momento de crise das instituições públicas e desmonte de políticas públicas responsáveis por proporcionar melhorias na qualidade de vida de boa parte da população brasileira que se encontrava em situação de vulnerabilidade. A extinção de Secretarias e Ministérios e a criminalização dos movimentos sociais pelo atual Presidente reforça a preocupação de organizações, pesquisadores e entidades com os grupos mais vulneráveis da sociedade brasileira: negros, indígenas, quilombolas, mulheres entre outros, que sem reconhecimento por parte do Estado estão sujeitos com mais facilidade à contaminação pelo Covid 19.

Neste contexto de falta de atuação do Governo Federal, os governos estaduais e municipais vinham assumindo papel de protagonistas, respaldados pelo Supremo Tribunal Federal, adotando as medidas para tentar controlar o avanço do vírus em território brasileiro, especialmente em territórios mais vulneráveis. Entretanto, nos últimos dias temos vivenciado uma certa flexibilização em alguns estados e municípios para a reabertura do comércio. Essa flexibilização do isolamento tem feito com que os índices de Covid 19 venham crescendo e se evidenciando principalmente em regiões de maior vulnerabilidade social. É visto isso

1 Graduado em Ciências Contábeis, bolsista CAPES mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais (PPEUR/UFRN) onde pesquisa às Finanças Solidárias no Rio Grande do Norte e Paraíba.

2 Doutora em Ciência Política. Professora do Departamento de Políticas Públicas/UFRN.

notadamente, por exemplo, em grandes metrópoles como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. No mais, esse quadro se repete em outras capitais metropolitanas, onde as comunidades periféricas são as maiores vítimas dos casos letais.

Essa vulnerabilidade não surgiu com a pandemia, mas se agrava ainda mais na presença dela, afetando diretamente diversas famílias brasileiras aglomeradas nas periferias. Para tentar reduzir a reprodução dessa desigualdade cada vez mais latente, a partir da iniciativa do congresso nacional, o governo central brasileiro aprovou uma medida emergencial para garantir um auxílio de R\$ 600,00 (Seiscentos reais) para famílias brasileiras³ objetivando assegurar que as mesmas possam permanecer em casa, contendo a aglomerações de pessoas em locais públicos e privados e, conseqüentemente, a propagação do vírus.

No entanto, à medida que visava garantir o isolamento social tornou-se um grande estímulo a propagação viral pois as pessoas beneficiárias se destinaram massivamente às agências bancárias da Caixa Econômica Federal, principalmente no Nordeste, onde tanto o acesso restrito à essas agências, como internet podem excluir a população do acesso ao auxílio emergencial⁴. Para evitar as aglomerações nas agências, uma das primeiras medidas para contenção desse problema foi feita pelo Consórcio Nordeste com uma série de iniciativas⁵, uma delas protagonizada pelo governo estadual do Ceará tomando medidas judiciais que viabilizassem o pagamento do auxílio por outros canais, possibilitando o escoamento dos(as) beneficiários(as).

Em meio a este cenário, a Rede Brasileira de Bancos Comunitários (RBBC) composta hoje por 114 Bancos Comunitários de Desenvolvimento em todo o Brasil, presente em 20 estados e 37 municípios de todas as regiões do país, publicou uma carta destinada “aos que defendem uma renda emergencial para todos os brasileiros”. Nesse documento, aponta a necessidade dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento serem um dos meios de pagamento do auxílio emergencial, visto que muitos deles são os agentes bancários das respectivas comunidades que estão inseridos.

³ O auxílio pode ser requerido por qualquer pessoa que não tenha carteira assinada e/ou rendimento de até três salários mínimos.

⁴ Conforme aponta estudo realizado: <<<https://ufrn.br/imprensa/noticias/35403/falta-de-bancos-e-internet-podem-afastar-nordestinos-de-auxilio-emergencial>>>. Acesso em 12.maio.2020.

⁵ O protagonismo das ações do Consórcio Nordeste está disponível no portal do Observatório das Metrópoles: <<<https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/a-colaboracao-em-tempos-de-pandemia-e-o-protagonismo-do-consorcio-nordeste/>>>. Acesso em 12.maio.2020

CONHECENDO AS FINANÇAS SOLIDÁRIAS

A reaplicação dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento por todo o Brasil ocorreu nas primeiras décadas do século XXI, por meio da extinta Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Para tanto, foi utilizada a metodologia modelo do Instituto Palmas⁶ que aliado a Rede Brasileira, viabilizou o fortalecimento de iniciativas vigentes e a criação de novas experiências de Finanças Solidárias por todo território nacional. Segundo a literatura da área, atualmente essas organizações se ramificam em Fundos Rotativos Solidários, Cooperativas de Crédito Solidários e Bancos Comunitários de Desenvolvimento (SILVA, 2020).

Os Fundos Rotativos Solidários (FRS) podem ser considerados embriões das experiências de Finanças Solidárias no Brasil, se iniciam em meados de 1980 no Nordeste onde em pouco tempo se espalham até o Sul do país (NESOL-USP, 2015; SILVA, 2017). Cada experiência possui sua especificidade e modo de organização de acordo com as condições e contextos histórico-culturais em que se encontram⁷. Em linhas gerais, esses Fundos Rotativos preveem que seus beneficiários tenham à disposição certa quantia de recursos – que pode ser não-monetária, como pequenos animais ou equipamentos específicos, por exemplo – e que, após um período predeterminado e acordado entre as partes, deve ser devolvida ao FRS, para que possam ser emprestados para outros tomadores (SILVA, 2017).

As Cooperativas de Crédito Solidário (CCS) se baseiam na concessão de microcrédito nas comunidades empobrecidas, geridas pelos próprios moradores. Desse modo, esses gestores definem a especificidade do seu modo de funcionamento, como por exemplo critérios para concessão desses empréstimos. Os “lucros” provenientes dessas operações – a juros 0 (zero) ou de até 1,5% – são chamados de “excedentes” e utilizados no suprimento de alguma necessidade para moradores da comunidade. O propósito dessas iniciativas não é exclusivamente gerar excedentes, mas principalmente oportunizar acesso a crédito para trabalhadoras(es) em situação de vulnerabilidade. Essas organizações estão presentes em todas

⁶ O Instituto Palmas fundou os primeiros Bancos Comunitários de Desenvolvimento do Brasil, no estado do Ceará.

⁷ Para uma análise geral sobre características de Fundos Rotativos Solidários no Brasil, ver Barreto (2016).

as regiões do país, se distribuindo em comunidades de 13 (treze) estados brasileiros, totalizando cerca de 128 iniciativas (NESOL-USP, 2015; SILVA, 2020).

Já os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD) possuem basicamente as seguintes características: a) gestão sob a responsabilidade da própria comunidade; b) articulação simultânea de crédito, produção, comercialização e capacitação cidadã, e; c) circulação de moeda-social complementar, reconhecida por produtores locais, comerciantes e consumidores (LEAL; RIGO; ANDRADE, 2016). Assim, é uma experiência capaz de aglutinar todas as iniciativas anteriores, com Fundos e Crédito. Para tanto, os BCD são marcados por atuar em territórios com alto grau de exclusão e desigualdade onde são voltados para um público caracterizado pela vulnerabilidade social e oferecem além do serviço financeiro na comunidade (como microcrédito e correspondente bancário, por exemplo), atividades de apoio e formação com base nos princípios econômicos solidários (SILVA Jr, 2016).

Após conhecermos um pouco do que são essas iniciativas de finanças solidárias que estão ocorrendo em todo território nacional, localizadas em comunidades periféricas e rurais, compreenderemos a seguir como podem essas ações corroborar no contexto da pandemia. Como vimos, cada uma dessas experiências possui distintas origens de formação estrutural e funcional. Apesar de todas essas formas de organização poderem apontar caminhos alternativos para superação do contexto do Covid-19, nossa análise se debruçou com maior profundidade na defesa dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento como elo capaz de fortalecer a organização comunitária no combate a pandemia por meio do poder local.

O geógrafo Milton Santos (2003) já antecipou em sua obra “Por uma nova globalização” que é no local que acontece o fazer solidário, onde o século XXI deve ser marcado pela emancipação do poder local. Essa assertiva está sendo confirmada como traz o economista Ladislau Dowbor (2016), revelando que na China apesar de resquícios estruturais ainda do período imperial, a decisão é local e isso está mudando toda a forma de entender o poder.

BANCOS COMUNITÁRIOS NA CONTENÇÃO DA PANDEMIA

Estamos acompanhando um número crescente de vítimas pelo Brasil. O estado de São Paulo é um dos que mais está sofrendo com o volume expressivo de casos e óbitos, fazendo vítimas principalmente aos jovens das periferias. Assim, apesar do centro propagador serem as regiões mais nobres onde os primeiros casos surgiram na capital paulista, o vírus se mostra mais letal nas periferias⁸. Não obstante, esse dado revela ainda que diferente do quadro mundial onde as maiores vítimas são pessoas idosas e grupo de risco, o volume de mortes, não só em São Paulo mas em todo o Brasil, vem ocorrendo em volume maior entre os mais jovens.

Para superar esse quadro de exclusão e vulnerabilidade que sempre existiu e se torna ainda maior diante do atual contexto, a organização comunitária em torno dos Bancos Comunitários tem se mostrado crucial na contenção do número de casos e emancipação socioeconômica. Em entrevista concedida por Guilherme Boulos à deputada federal Natália Bonavides (PT-RN), o entrevistado destacou que o Fundo Rotativo Solidário está sendo utilizado na Zona Sul do estado de São Paulo para compra de matéria-prima na produção de máscaras feitas pelas próprias costureiras das comunidades periféricas da zona sul paulistana, gerando renda tanto para as trabalhadoras(es) locais, quanto possibilitando doações a pessoas em situação de vulnerabilidade⁹. Essa iniciativa é uma das ações realizadas pelo Banco Comunitário União Sampaio, localizado no bairro do Campo Limpo.

Ainda na Zona Sul paulistana, a comunidade de Paraisópolis vem se destacando por seu processo de organização comunitária no combate ao *novo coronavírus*. Apontada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no censo de 2010 como segunda maior concentração de habitantes do município de São Paulo, a comunidade de Paraisópolis tem se destacado pela redução do número de casos¹⁰. Esse resultado é consequência de uma ação realizada pelo seu conselho comunitário que iniciou um processo de capacitação dos chamados “líderes de ruas” - que são responsáveis da comunidade com a tarefa de identificar em cada rua pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade - de modo a garantir a equidade na

⁸ Covid-19 nas periferias de São Paulo é 10x mais letal. Disponível em: <<<https://br.noticias.yahoo.com/covid-19-nas-periferias-de-sao-paulo-novo-coronavirus-e-10-x-mais-letal-083010191.html>>>. Acesso em: 28.mai 2020.

⁹ Entrevista concedida dia 07 de maio de 2020. Disponível em: <<<https://www.youtube.com/watch?v=Lb3NvTjSifw>>>. Acesso em: 28.mai 2020

¹⁰ Na mesa “Ação coletiva e novas mobilizações sociais contra as desigualdades” realizada pelo Pré-ENAPEGS 2020, a pesquisadora Danielle Klintowitz abordou algumas reflexões nesse sentido. Disponível em <<<https://www.youtube.com/watch?v=9AwOZQAmF-8>>>.

distribuição de recursos reduzindo consideravelmente a letalidade do vírus e o número de casos na comunidade. O Banco Comunitário de Paraisópolis tem papel importante nesse processo de organização, que desde 2018 através do uso da sua moeda-social *Nova Paraisópolis* articula com a associação de moradores e comerciantes locais o uso de sua moeda e a concessão de crédito, incentivando a rede de produção e consumo local, reduzindo conseqüentemente o trânsito de pessoas para fora da comunidade.

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento estão presente também na região metropolitana do Rio de Janeiro, onde destacamos pelo menos duas experiências que estão desenvolvendo iniciativas desde antes da pandemia. A primeira no morro mais populoso de Niterói, o Banco Comunitário do Preventório está realizando junto a comunidade além da produção e venda de máscaras, convertendo o recursos adquiridos em cestas-básicas para famílias em situação de vulnerabilidade, campanhas de arrecadação de recursos beneficiando até o momento desta pesquisa mais de 200 famílias¹¹. Outra iniciativa que destacamos na região metropolitana do Rio está no município de Maricá, onde está localizado o Banco Comunitário Mumbuca que tem o maior programa de Renda Básica do mundo¹² que beneficia mais de 14 mil famílias do município garantindo inicialmente o valor de R\$ 130,00 (Cento e trinta reais) por mês, atualmente durante a pandemia está conseguindo pagar M\$ 300,00 (Trezentas *Mumbucas*) a cada membro da família, possibilitando que a população possa ficar realmente em casa e consumir localmente. Além disso, o Banco Mumbuca tem cadastrado mais de 5.500 (cinco mil e quinhentos) empreendimentos comunitários que aceitam sua moeda social *Mumbuca* que circula por ano cerca de R\$ 30.000.000 (trinta milhões de reais) na comunidade, fortalecendo a rede de consumo e produção local movimentando a economia municipal (SCARRANELLA, 2020).

O uso da moeda-social possibilita que a comunidade realize suas operações de compra e venda somente na comunidade, reduzindo assim o índice de contaminação nas respectivas comunidades tanto pelo seu uso exclusivo na circulação local, como pela utilização também

¹¹ O professor Felipe Addor traz um pouco do cenário dessas ações. Disponível em: <<<https://www.youtube.com/watch?v=TDMwByoG89U>>>

¹² O termo *Renda Básica* é a definição de projetos ou programas de transferência de renda, governamentais ou não, que provém como garantia de direito inalienável, a distribuição sistemática de uma soma em dinheiro, igual, periódica, individual e predeterminada, sem nenhum tipo de discriminação, segregação ou condicionalidade. Diante do atual cenário do Covid-19, a experiência de Maricá serve de modelo e há uma proposta que cria permanentemente o Programa Renda Básica Brasileira (PL 3023/20) no congresso. Disponível em: <<<https://www.camara.leg.br/noticias/666211-proposta-cria-renda-permanente-de-r-600-para-pessoas-em-situacao-de-vulnerabilidade/>>>. Acesso em: 08.Jun 2020.

em modo digital. Desde 2016, a Rede Brasileira de Bancos Comunitários adquiriu a plataforma *E-dinheiro* que possibilita a utilização das moedas-sociais tanto pelos meios digitais, como por cartão magnético. O Instituto Palmas é pioneiro nessas ações a partir do Banco Palmas, conforme iremos expor a seguir. Dentro da realidade nordestina, as experiências de Bancos Comunitários de Desenvolvimento são embrionárias no Brasil e ocorrem ainda em maior volume. Segundo o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), até 2016 somente região nordeste encontra-se a maior concentração dessas experiências totalizando cerca de 52 iniciativas espalhadas pelos nove estados.

O Banco Palmas, estabelecido na comunidade Palmeira situado na periferia da região metropolitana de Fortaleza/CE, é o primeiro Banco Comunitário de Desenvolvimento do Brasil. Criado em 1998 através da organização de moradores da comunidade, o Banco Comunitário surge com a difícil tarefa de gerar emprego e renda em uma comunidade empobrecida¹³(MELO NETO e MAGALHÃES, 2008). No atual contexto de pandemia, Fortaleza se tornou a capital mais atingida pelo *novo coronavírus* com o maior volume das vítimas fatais moradores de comunidade periféricas¹⁴. Para superar esse quadro, além de possibilitar às famílias da comunidade acesso a microcrédito, o Banco Palmas mobilizou parceiros para distribuir na comunidade mais de 800 (oitocentas) máscaras e 400 (quatrocentas) refeições diárias no primeiro mês da pandemia, possibilitando acessar famílias mais impactadas com o atual cenário¹⁵. Com isso, as ações do banco utilizam das articulações com parcerias internas e externas à comunidade, garantindo atualmente cestas básicas para que a população mais vulnerável da comunidade possa permanecer em casa, priorizando a concessão crédito e outros benefícios pelo uso de sua moeda social digital *Palma* ao auxílio dessas pessoas.

Ainda no Nordeste, em meio ao agreste da região metropolitana de Alagoas temos o Banco Comunitário de Desenvolvimento de Limoeiro de Anadia. Através do uso sua moeda social eletrônica *Livre*, alinhado com ao programa social municipal de renda básica - intitulado de “Renda Melhor” - se tornou uma das principais estratégias políticas de enfrentamento à pandemia, impulsionadas pela aliança da prefeitura do município com o Banco Comunitário¹⁶.

¹³ Segundo Joaquim Melo Neto morador e um dos mobilizadores dessa primeira experiência, os Bancos Comunitários partem do pressuposto que “as comunidades não são pobres, são empobrecidas”.

¹⁴ Reportagem completa no portal do jornal “Brasil de Fato - Por que Fortaleza se tornou a capital mais atingida pelo novo coronavírus”.

¹⁵ Mais informações das ações realizadas, acessar a rede social do Banco Palmas.

¹⁶ Limoeiro de Anadia discute experiência com bancos comunitários durante e pós-pandemia. Disponível em: <<<https://arapiraca.7segundos.com.br/noticias/2020/06/08/172198/limoeiro-de-anadia-discute-experiencia-com-bancos-comunitarios-durante-e-pos-pandemia.html>>>. Acesso em: 10.jun 2020.

Além disso, as ações do Banco Comunitário de Limoeiro de Anadia está sendo viabilizada junto à população através de um imposto ao comércio local de 2% que facilita a capitalização de recursos para sua operação e possibilita que o mesmo possa aumentar o lastro de sua moeda social para concessão de mais crédito priorizando o incentivo a produção local, reduzindo o impacto da crise no fechamento de pequenas empresas locais.

Por último, mas não menos importante, na região metropolitana de João Pessoa/PB, temos o Banco Comunitário Jardim Botânico localizado na comunidade de São Rafael fundado em 2013 com sua moeda social *Orquídea*. Logo após sua fundação, o Banco é o provedor de internet da comunidade. Com isso, no atual contexto está não só provendo mas realizando o cadastro para parte significativa da população ter acesso ao benefício do auxílio emergencial¹⁷. Além disso, articula suas ações com o comércio local na realização de eventos e divulgação com transmissão tanto digital, quanto através de outras plataformas de comunicação como a rádio comunitária do Instituto Voz Popular que é ligada ao Banco. Na mobilização das diversas ações realizadas para auxiliar as famílias em situação de maior vulnerabilidade na comunidade, o Banco Comunitário Jardim Botânico atua junto a ONGs, iniciativas do terceiro setor e a universidade, para acessar recursos, como cestas básicas, sem apoio do governo municipal até o momento dessa pesquisa.

Assim, os Bancos Comunitários de Desenvolvimento estão organizados por meio das iniciativas de moradores e conselhos comunitários na gestão de suas estratégias para atender as necessidades junto ao seu público, e ao seu território, nem sempre com apoio do estado. As ações são diversas, pois permeiam a compreensão destas comunidades de acordo com as vulnerabilidades enfrentadas em cada realidade onde, finalmente, seu objetivo é o mesmo: atender as demandas sociais no enfrentamento às desigualdades sociais e de renda, para emancipação coletiva.

¹⁷ <<<http://institutovozpopular.blogspot.com/>>>

CONCLUSÃO

As iniciativas de Finanças Solidárias têm um potencial inerente de mobilizar recursos para superação do quadro de exclusão e vulnerabilidade social, a qual as periferias das regiões metropolitanas brasileiras estão inseridas. Conforme exposto nesta análise, os Bancos Comunitários de Desenvolvimento em especial, possuem um diferencial ao incentivar além de recursos, a organização comunitária em torno de práticas para autogestão de suas atividades na superação de vulnerabilidades financeiras ou sociais.

Assim, compreendemos que diante do atual cenário onde as decisões políticas estão sob responsabilidade dos governos subnacionais, as comunidades onde estão presente as experiências de Bancos Comunitários de Desenvolvimento ocorrem independente do apoio governamental e revelam ainda que a organização dessas iniciativas mobilizam a organização coletiva por meio dos moradores da comunidade na tomada de decisão, baseado em critérios que excedem a poder público de acordo com cada realidade.

REFERÊNCIAS

DOWBOR, Ladislau. O que é poder local? – Impertriz, MA: Ética, 2016.

LEAL, L. P.; RIGO, A. S.; ANDRADE, R. N. **Finanças solidárias com base em bancos comunitários de desenvolvimento**: explorando os dados do diagnóstico no nordeste do Brasil. Mercado de Trabalho - conjuntura e análise, nº 60. Brasília: Ipea. 2016.

MELO NETO, João Joaquim de; MAGALHÃES, Sandra. **Bairros Pobres – Ricas Soluções**: Banco Palmas ponto a ponto. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2008.

NESOL - USP, Núcleo de Economia Solidária. **Finanças Solidárias** (Caderno de Finanças Solidárias). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SCARRANELLA, Natalia. **Desenvolvimento local e o pós pandemia**. Apresentação no 5º Encontro Nacional da Rede Brasileira de Banco Comunitário, exibido dia 11 de Junho de 2020. Disponível em: <<<https://www.youtube.com/watch?v=kS3cAIHZg7A>>>. Acesso em: 14.jun 2020.

SILVA JÚNIOR, Jeová Torres. **Utilidade social e finanças solidárias**: uma proposta de avaliação dos bancos comunitários de desenvolvimento brasileiros. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração. Salvador, 2016.

SILVA, Sandro Pereira. **Economia Solidária e Finanças de proximidade**: Realidade social e principais características dos Empreendimentos de Finanças Solidárias no Brasil. Texto para discussão/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Brasília. Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

SILVA, Sandro Pereira. **O paradigma das finanças solidárias no Brasil**: formatos organizacionais de empreendimentos coletivos e suas dimensões estruturais. Revista Econômica do Nordeste, v. 51, n. 1, p. 141-159, 2020.